



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE  
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

Revista

# IDeAS

**Interfaces em Desenvolvimento,  
Agricultura e Sociedade**

**Luta pela Terra no Brasil Contemporâneo**

**v. 3, número especial, 2009.**

## **Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**

Revista de estudos Interdisciplinares em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, é uma publicação coordenada e editada pelos alunos do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS  
Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – DDAS  
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em  
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA

Reitor: Ricardo Motta Miranda;  
Vice-Reitora: Ana Maria Dantas Soares;  
Decana de Pesquisa e Pós-Graduação: Áurea Echevarria Neves Lima;  
Diretor do ICHS: Antonio Carlos Nogueira;  
Chefe do DDAS: Eli de Fátima Napoleão de Lima;  
Coordenador do CPDA: John Cunha Comerford

**Editores:** Catia Grisa, Fabrício Roberto Costa Oliveira.

**Comissão Editorial:** Angye Cássia Noia, Marco Antonio dos Santos Teixeira e Silvia Zimmermann.

### **Conselho Editorial:**

Alfredo Kingo Oyama Homma (Embrapa), Ana Maria Motta Ribeiro (UFF), Andréa Luisa Moukhaiber Zhouri (UFMG), César Augusto Da Ros (UFRRJ), Flavio Sacco dos Anjos (UFPEL), Guilherme Costa Delgado (IPEA), Jalcione Pereira de Almeida (UFRGS), José Manuel Carvalho Marta (UFMT), John Wilkinson (UFRRJ), Leonilde Servolo de Medeiros (UFRRJ), Luís Carlos Mior (EPAGRI-SC), Marcel Bursztyn (UNB), Marcelo Miná Dias (UFV), Maria Emília Lisboa Pacheco (FASE), Maria José Teixeira Carneiro (UFRRJ), Maria Verônica Secreto (UFRRJ), Marilda Aparecida Menezes (UFCEG), Moacir Gracindo Soares Palmeira (UFRJ), Paulo Roberto Raposo Alentejano (UERJ), Sérgio Pereira Leite (UFRRJ), Vera Lucia Silveira Botta Ferrante (UNIARA).

### **Colaboraram nessa edição:**

Cintia Beatriz Muller (UFGD), Erisvaldo Pereira dos Santos (UFOP), Márcio Antonio Mello (EPAGRI), Rosani Marisa Spanevello (UFSM) e Willian Santos Assis (UFPA).

### **Contato:**

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Av. Presidente Vargas, 417, 6º andar, Centro – 20071-003 Rio de Janeiro, RJ. Tel: (21) 2224-8577. E-mail: revistaideas@gmail.com.

## Sumário

<b>Apresentação .....</b>	<b>434</b>
---------------------------	------------

### **Artigos**

<b>Os conflitos agrários e o processo de reordenamento fundiário na região sudeste do Pará: uma proposta de abordagem a partir da sociologia dos regimes de ação</b>	
--	--

Francinei Bentes Tavares.....	440
-------------------------------	-----

<b>Deslocamento Compulsório e Estratégias Empresariais em Áreas de Mineração: um olhar sobre a exploração de bauxita na Amazônia</b>	
--	--

Luiz Jardim de Moraes Wanderley.....	475
--------------------------------------	-----

<b>A História da Comunidade Quilombola de Olaria, em Irará- Bahia e a Luta pela Terra na Contemporaneidade</b>	
--	--

Jucélia Bispo dos Santos.....	510
-------------------------------	-----

<b>Jovens na Reforma Agrária: Perspectiva intergeracional e lógicas de sucessão no Assentamento Novo Horizonte/ Campos dos Goytacazes – RJ</b>	
--	--

Manuela Souza Siqueira Cordeiro.....	544
--------------------------------------	-----

## Apresentação

Leonilde Servolo de Medeiros<sup>1</sup>

Os artigos que compõem este número especial da Revista IDeAS mostram algumas das diferentes facetas que a luta por terra no Brasil contemporâneo apresenta: neles emergem como personagens centrais quilombolas, grupos atingidos pela instalação de mineradoras, as formas de concessão de terra e o reordenamento fundiário na Amazônia paraense e os dilemas da sucessão e transmissão de patrimônio em assentamentos rurais.

Analisando os conflitos por terra no Pará, Francinei Bentes Tavares nos dá um panorama do processo de mudança na região Sul e Sudeste daquele estado, ao mesmo tempo em que delinea a conformação dos atores envolvidos. A preocupação central do artigo é chamar a atenção para a potencialidade analítica de um enfoque que priorize, para além dos critérios objetivos estruturadores das disputas envolvidas nos conflitos agrários, os aspectos subjetivamente vivenciados a partir das situações em que predominam as ações violentas. Com esta proposta, Francinei Tavares aponta em duas direções: busca de novas possibilidades teóricas para a análise sociológica dos conflitos, entendidos como indissociáveis do conjunto de situações cotidianamente vivenciadas pelos atores sociais, e destaque das consequências que as diversas mudanças no contexto regional do sudeste paraense tiveram para (re)organizar e transformar os cenários de ação existentes localmente em relação à forma como a questão agrária lá se manifesta. Para o autor, fortemente inspirado em Boltanski, importa compreender os distintos “universos” que mobilizam a coordenação das ações dos atores sociais, tanto em regimes de ação em que predominam as ações violentas, como em situações

---

<sup>1</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pesquisadora do CNPq.

em que está expressa uma pretensão de justiça, dimensões ligadas, de modo indissociável, ao reordenamento fundiário no sudeste paraense. Trata-se, para ele, de decifrar nas ações, concepções de justiça que as alimentam.

Luiz Jardim de Moraes Wanderley nos contempla com uma discussão sobre uma face da luta por terra, pouco explorada nas Ciências Sociais: analisa populações atingidas pelo deslocamento compulsório ou que tiveram suas condições de vida bastante alteradas pela presença em seus territórios de empresas de mineração. Enfatiza a constituição do que chama de “novos territórios institucionalizados” que, se não removem as populações de seu interior, criam regras que desestruturam completamente o modo de vida anterior, impondo restrições ao plantio e à coleta. Assim, a sobrevivência dos grupos afetados fica na dependência de programas sociais governamentais ou de trabalhos oferecidos pelas empresas. O artigo traz para a reflexão toda a complexidade das relações que se estabelecem entre mineradoras e populações locais e mineradoras e Estado, destacando o leque de agentes aí envolvidos: Incra, Ministério Público, Ministério do Meio Ambiente, etc.

Uma outra forma de manifestação da luta por terra é apresentada por Jucélia Bispo dos Santos, na análise de populações quilombolas na Bahia. Nesse artigo, após fazer um histórico da formação dos quilombos no estado, a autora chama a atenção para um processo de reconstrução identitária em curso, marcada pela tentativa de superar a vergonha de ser quilombola e de afirmar sua identidade de forma positiva. Por meio dessa nova percepção, o grupo analisado passa a ler uma série de carências sob a ótica de direitos a serem buscados e reivindicados. São direitos dos quais muitas vezes eles têm notícias difusas, a partir de um “ouvir dizer”, mas que de alguma forma passam a ter pertinência para a orientação de suas ações cotidianas.

O último artigo, de Manuela Souza Cordeiro, discute um tema que vem se impondo aos estudiosos dos assentamentos rurais: o do equacionamento da sucessão e da herança da terra, uma vez que já está havendo uma transição geracional nos assentamentos mais antigos, parte deles emancipados ou em processo de emancipação. O artigo mostra como a escolha do

sucessor não é algo passível de uma dedução simples, mas envolve complexos arranjos em torno da estratégia familiar e das possibilidades oferecidas pelo entorno.

Os quatro trabalhos jogam algumas luzes sobre a complexidade das questões agrárias no Brasil contemporâneo. Analisando disputas fundiárias em regiões distintas, trazendo à cena atores bastante diversificados, iluminando contextos diferenciados de ação, eles fornecem subsídios para que possamos perceber como o tema do acesso e da relação com a terra é não só passível de distintas abordagens, como também ganha novas cores e se renova constantemente.

Ao longo dos textos, podemos perceber que a resistência na terra não envolve só a disputa por sua apropriação para uso agrícola e muito menos se reduz àqueles grupos que acampam e ocupam, como forma de sinalizar no espaço público o desejo de acessar esse bem. Os artigos também mostram que ter o direito à terra legitimado não significa necessariamente superar outros obstáculos ao reconhecimento social, como indica o estudo sobre quilombolas ou, menos explicitamente, o de Manuela Cordeiro, quando aponta o que chama de “déficit educacional” dos assentados, que os condena a trabalhos menos valorizados tanto financeira como socialmente. Essa mesma autora traz um outro tema novo na análise da questão agrária contemporânea: o acesso à terra, por meio do assentamento, se equaciona as necessidades e soluciona conflitos em um determinado momento, não resolve a questão da reprodução familiar, que se coloca de outra forma num horizonte de médio prazo, quando os filhos se tornam ou precisam se tornar independentes. Que mecanismos se constituem face ao dilema da sucessão e herança, num contexto em que não há terras livres à frente e em que a possibilidade de compra de novos lotes implica numa capitalização nem sempre possível? De alguma forma, somos levados à hipótese de que a reprodução dos assentados supõe a médio prazo ou a busca de profissões urbanas, muitas vezes acompanhada de migração, ou, num outro pólo, a reprodução do conflito em busca de novas terras para trabalhar. Na verdade, casos como o do complexo Novo Horizonte, onde a desapropriação de uma fazenda contígua, anos depois das que deram origem ao assentamento analisado, permitiu o

estabelecimento de novas famílias que se formavam, parecem ser antes a exceção do que a regra.

Esses dilemas nos levam a pensar nas implicações da luta por terra e da política de assentamentos e de regularização fundiária nas suas diferentes formas. Como a bibliografia tem demonstrado, a demanda por terra não se liga somente ao desejo de se tornar um agricultor profissional. Nessa luta estão envolvidos outros significados, que dão outros sentidos ao espaço rural: se ele é lugar de produção, também o é de abrigo e moradia, de vivência de tradições que passam a ser colocadas em xeque, mas que podem se reavivar na própria luta política; de produção de novas experiências e de ressignificação de antigas.

Os conflitos fundiários que permeiam o país expressam algumas encruzilhadas de grupos sociais que, numa abordagem macro, aparecem como números estatísticos e, possivelmente são componentes de metas de políticas públicas, mas numa abordagem microsociológica explicitam os dilemas cotidianos da perda de acesso a recursos naturais, dos impasses da reprodução social, da reconfiguração identitária, dos estigmas que pesam sobre eles.

Assim, parece ser importante que a reflexão sobre a questão agrária no Brasil contemporâneo envolva diferentes ordens de fenômenos. Como pano de fundo dela, temos o crescente “cercamento” das possibilidades de reprodução de modos camponeses de vida. Um dos aspectos de extrema relevância para se compreender esse fenômeno é o alto grau de concentração fundiária e de poder envolvida na reprodução do modelo de desenvolvimento com que convivemos. Não se trata de considerar uma ou outra propriedade, isoladamente, uma ou outra região, mas de pensar que o processo de expansão da empresa agropecuária modernizada requer mais e mais terras sob seu controle, na medida em que o próprio modelo baseado em tecnologia de ponta e enormes investimentos de pesquisa supõe que pequenos, médios e grandes produtores envolvidos nessa engrenagem tenham que comprar mais e mais terra para permanecer na atividade. Por outro lado, os interesses vinculados à propriedade da terra não podem ser reduzidos às atividades agrícolas, pecuárias ou de plantios florestais. Como ilustra o

estudo feito por Luiz Wanderley, as empresas voltadas para mineração jogam um papel relevante nas transformações de nossas realidades rurais.

Se o contexto geral aponta para um forte controle da terra, os artigos evocam situações de formação de espaços onde a resistência, em suas diferentes formas, produziu áreas onde outros modos de vida se reproduzem, mas cuja existência e permanência futura não podem ser pensadas fora das disputas que as geraram. A possibilidade de expansão dessas áreas é delimitada por mecanismos legais e pelo poder dos setores ligados à propriedade da terra, repondo, assim, as condições para eclosão de novos conflitos. Assentamentos, comunidades quilombolas, áreas de regularização fundiária etc estão sob permanente pressão, muitas vezes sutil, para enquadrá-las em novos arranjos produtivos.

Se a conflitualidade em torno do acesso à terra é uma virtualidade sempre presente, é de extrema relevância pensar alguns temas suscitados pelos artigos, embora nem sempre neles desenvolvidos: que concepções de justiça alimentam as ações das populações ante diferentes formas de coerção, que vão desde as tentativas de apossamento, até as formas de intervenção sobre territórios tradicionais que tendem a desconfigurá-los? Que processos microsociais escondem-se na “reinvenção” do quilombola e na positivação dessa identidade? Como pensar a complexa relação que se estabelece no interior de famílias cuja reprodução se faz simultaneamente com base em atividades agrícolas e não agrícolas, circulando por espaços e sociabilidades distintas, onde as demandas de consumo se tensionam com a permanência das tradições? Como são vivenciados processos de expropriação (não só de terra, mas também de modos de vida), quando há o aceno com empregos em outras atividades, obtenção de renda monetária e acesso a bens de consumo?

Sem dúvida parece haver um fértil campo a ser explorado, carregado de potencialidades para explicações que possam reintroduzir a riqueza do real e fugir de explicações simplistas, que não consideram, de uma perspectiva analítica, a forma como as populações percebem os processos que as afetam. O mesmo se pode dizer da possibilidade de investigar os processos que

presidem a reversão de estigmas que marcam essas populações (“atrasados”, “bagunceiros”, “preguiçosos”), o que implica longos caminhos de afirmação e produção de reconhecimento.

Os textos mostram que está em curso uma nova configuração dos espaços rurais, com novos temas sendo pautados, em especial no que se refere a aspirações que podem ser transformadas em demandas por direitos.

A pauta de pesquisas está longe de se esgotar.